



MINISTÉRIO PÚBLICO DO CEARÁ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
NÚCLEO DE ATUAÇÃO ESPECIAL GESTOR DA TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO - NUTRI



RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO ANO

2016

Fortaleza – Ceará
2016

MINISTÉRIO PÚBLICO DO CEARÁ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
NÚCLEO DE ATUAÇÃO ESPECIAL GESTOR DA TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO - NUTRI

Dr. Antônio Iran Coelho Sório
Coordenador do Núcleo de Atuação Especial Gestor da
Transparência e Acesso à Informação – NUTRI

Jamille Pontes de Araújo
Técnica Ministerial

APRESENTAÇÃO

A Coordenação do Núcleo de Atuação Especial Gestor da Transparência e Acesso à informação – **NUTRI**, apresenta **RELATÓRIO ANUAL** da implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI), no âmbito do Ministério Público do Estado do Ceará, referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

A Lei de Acesso à Informação regulamenta o direito à informação pública previsto na Constituição Federal de 1988. A **LAI** estabelece que toda informação produzida ou custodiada por órgãos e entidades públicas é passível de ser ofertada ao cidadão, a não ser que esteja sujeita a restrições de acesso legalmente estabelecidas, quais sejam: (i) informações classificadas nos graus de sigilo reservado, secreto ou ultrassecreto, nos termos da própria LAI; (ii) informações pessoais, afetas à intimidade e à vida privada das pessoas naturais; ou (iii) informações protegidas por outras legislações vigentes no País, como é o caso do sigilo fiscal e do sigilo bancário. Para operacionalizar o direito à informação, a LAI garante à sociedade o acesso a informações públicas de duas formas: **Transparência Passiva**: quando o Estado fornece informações específicas solicitadas por pessoas físicas ou jurídicas; **Transparência Ativa**: quando o Estado concede proativamente amplo acesso a informações de interesse coletivo e geral, divulgando-as, principalmente, em seus sítios eletrônicos na Internet . Para uma melhor compreensão do panorama da implementação da LAI no âmbito do Ministério Público do Ceará, serão apresentadas a seguir informações acerca do fornecimento de informações específicas demandadas pontualmente pela sociedade (transparência passiva), bem como da publicação proativa de informações por parte do Governo Federal (transparência ativa).

ANTONIO IRAN COELHO SÍRIO
Promotor de Justiça
Coordenador NUTRI

1. Atendimento a demandas do cidadão

Assim, visando facilitar o exercício do direito à informação por parte da sociedade, o Ministério Público do Estado do Ceará, desenvolveu um link em seu portal com o seguinte endereço eletrônico: <<http://www.mpce.mp.br/acesso-a-informacao/>>.

O Serviço disponibilizado funciona como porta de entrada única, no âmbito do Ministério Público Estadual, para registro de pedidos de informação e de suas respectivas respostas. Todos os pedidos devem ser registrados pelos interessados, inclusive aqueles feitos pessoalmente ou por outros meios, como correspondências físicas ou eletrônicas, telefone, entre outros, encaminhados ao **NUTRI** para o devido encaminhamento.

2. Pedidos e respostas

Durante o ANO de 2016, foram realizados 55(cinquenta e cinco) pedidos de informação, dos quais 03(três) não foram retornaram respostas dos Órgãos de execução para os quais foram encaminhados, em que pese reiteração deste Núcleo, trata-se dos pedidos constantes dos Processos a seguir caracterizados:

PROCESSO	ENCAMINHAMENTO
PA nº 22340/2016	Secretaria Executiva das Promotorias Cíveis
PA nº 34818/2016-9	Secretaria Executiva das Promotorias de Defesa do Idoso
PA nº 42564/2016-9	Secretaria Executiva das Promotorias de Defesa do Idoso

Dos pedidos respondidos, em 97% dos casos a informação solicitada foi fornecida ao requerente, total ou parcialmente.

Em 1% dos pedidos, o acesso à informação foi negado. Os outros 2% dos pedidos não foram atendidos por corresponderem a perguntas genéricas e pedidos sem delimitação, em que pese esta Coordenação ter solicitado a parte interessada esclarecimentos sem que esta tenha persistido no interesse e em outros casos, versarem sobre informação inexistente, não serem de competência do órgão demandando.

3. Órgãos mais demandados

Os órgãos mais demandados no âmbito do Ministério Público, em 2016, foram as seguintes: **Área Meio:** Secretaria de Recursos Humanos - **SERH** e Assessoria de Coordenação e Planejamento – **ASPLAN**; **Área Fim:** Promotorias Cíveis com atuação na área da cidadania, Defesa do Consumidor, Idoso e Improbidade Administrativa.

4. Perfil geral dos solicitantes

Ao se cadastrar no Portal, além caracterizar seu perfil como pessoa física ou jurídica, outras informações pessoais podem ser fornecidas. Essas informações, permitem entender como a sociedade vem se apropriando de seu direito constitucional à informação, bem como sinalizam estratégias para o Ministério Público desenvolver políticas de promoção da LAI a fim de ampliar o alcance desse direito.

Verificando-se os dados, observa-se que, do total de solicitantes (50%), é composta por pessoas físicas e (50%) de pessoas jurídicas.

5. Dos Recursos

A LAI permite que os requerentes, diante de negativas de acesso a informações, solicitem revisão da decisão dos órgãos e entidades, por meio da apresentação de recursos administrativos.

No caso do Ministério Público estadual, o Provimento nº 025/2013, que regulamenta e consolida os procedimentos de acesso à informação no âmbito do Ministério Público do Ceará, trouxe previsão recursal na forma a seguir delineada:



Dentre os pedidos de acesso realizados entre janeiro e dezembro de 2016, foram apresentados apenas 01(Um) recurso ao chefe hierárquico superior – PGJ, sendo o mesmo IMPROVIDO, não havendo notícia de recurso para o CSMPCE, bem como para outras instâncias recursais..

6. CLASSIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES











As informações solicitadas durante o ANO de 2016, todas foram desprovidas de restrições.

7. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA











A transparência da gestão administrativa, baseia-se nas exigências do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000, art. 8º da Lei nº 12.527/2011 e art. 5º da Resolução CNMP nº 86/2012 e Provimento nº 103/2010.

Neste contexto, o NUTRI em observância as exigências legais e as diretrizes do CNMP, constantes do Manual da Transparência, 4ª edição 2016, o NUTRI tem promovido reuniões quinzenais com os setores da estrutura orgânica da Procuradoria-Gral de Justiça envolvidos de maneira a promover a atualização diária das informações.

8. Relatório Estatístico de Pedido de Informação

Nº do Processo	Assunto	Data Criação	Situação	Visualizar	
46429/2016-1	Procedimento Administrativo	09/12/2016	Atendido		
44423/2016-6	Solicitação - Informações	10/11/2016	Atendido		
41510/2016-3	Solicitação - Informações	08/11/2016	Atendido		
41447/2016-8	Solicitação - Informações	08/11/2016	Atendido		
10112/2016-5	Solicitação - Informações	07/11/2016	Atendido		
43085/2016-4	Solicitação - Informações	28/10/2016	Atendido		
18787/2003-4	Solicitação - Outras	18/10/2016	Atendido		
18787/2016-6	Solicitação - Informações	18/10/2016	Atendido		
41160/2016-7	Solicitação - Informações	12/10/2016	Atendido		
39217/2016-9	Solicitação - Informações	03/10/2016	Atendido		

Relatório Estatístico de Pedido de Informação

Nº do Processo	Assunto	Data Criação	Situação	Visualizar
37171/2016-0	Solicitação - Informações	16/09/2016	Atendido	
36932/2016-6	Solicitação - Informações	15/09/2016	Não Atendido	
36933/2016-4	Solicitação - Informações	15/09/2016	Não Atendido	
36977/2016-1	Solicitação - Informações	14/09/2016	Não Atendido	
36969/2016-8	Solicitação - Informações	14/09/2016	Não Atendido	
36968/2016-0	Solicitação - Informações	14/09/2016	Atendido	
29106/2016-6	Solicitação - Informações	19/08/2016	Atendido	
29108/2016-2	Solicitação - Informações	12/08/2016	Atendido	
29066/2016-2	Solicitação - Informações	04/08/2016	Atendido	
16873/2016-6	Solicitação - Informações	28/07/2016	Atendido	

Relatório Estatístico de Pedido de Informação

Nº do Processo	Assunto	Data Criação	Situação	Visualizar
26294/2016-3	Solicitação - Informações	27/06/2016	Atendido	
26235/2016-6	Solicitação - Informações	27/06/2016	Atendido	
26253/2016-9	Solicitação - Informações	27/06/2016	Atendido	
17136/2016-7	Solicitação - Informações	22/06/2016	Atendido	
19037/2013-2	Solicitação - Serviços	20/06/2016	Atendido	
21360/2016-7	Solicitação - Outras	06/06/2016	Atendido	
21358/2016-1	Solicitação - Outras	06/06/2016	Atendido	
23288/2016-8	Encaminhamento - Documento	06/06/2016	Atendido	
22087/2016-5	Solicitação - Informações	31/05/2016	Atendido	
22031/2016-3	Solicitação - Informações	31/05/2016	Atendido	

Relatório Estatístico de Pedido de Informação

Nº do Processo	Assunto	Data Criação	Situação	Visualizar
22030/2016-5	Solicitação - Informações	31/05/2016	Atendido	
22029/2016-7	Solicitação - Informações	31/05/2016	Atendido	
18894/2016-0	Solicitação - Informações	30/05/2016	Atendido	
14956/2016-1	Solicitação - Outras	12/05/2016	Atendido	
6942/2016-1	Solicitação - Outras	12/05/2016	Atendido	
15986/2016-7	Solicitação - Outras	10/05/2016	Atendido	
15419/2016-9	Solicitação - Outras	09/05/2016	Atendido	
18633/2016-2	Solicitação - Informações	09/05/2016	Atendido	
6941/2016-3	Solicitação - Outras	06/04/2016	Atendido	
46745/2015-2	Solicitação - Outras	06/04/2016	Atendido	

Nº do Processo	Assunto	Data Criação	Situação	Visualizar
13948/2016-9	Solicitação - Informações	05/04/2016	Atendido	
12560/2016-3	Solicitação - Informações	28/03/2016	Atendido	
12521/2016-5	Solicitação - Informações	28/03/2016	Atendido	
9303/2016-3	Solicitação - Informações	04/03/2016	Atendido	
8061/2016-8	Solicitação - Informações	26/02/2016	Atendido	
4339/2016-2	Solicitação - Informações	17/02/2016	Atendido	